



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na Questão Ambiental.

### A INFLUÊNCIA DAS *COMMODITIES* NA ECONOMIA BRASILEIRA: INTENSIFICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DA NATUREZA

Rebeca Gomes de Oliveira Silva<sup>1</sup>  
Maria das Graças e Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Objetivamos nesse artigo realizar um estudo sobre a influência do mercado das *commodities* na economia brasileira nos anos 2000, destacando a tese da socióloga Maristella Svampa sobre o “Consenso de *Commodities*”. O processo investigativo nos evidenciou que o crescimento econômico vivido nesse período se deu pelo aumento da demanda por *commodities* aprofundando a exploração dos recursos naturais.

**Palavras-chave:** *Commodities*; “Consenso de *Commodities*”; Partido dos Trabalhadores (PT).

**Abstract:** The objective of this article is to conduct a study on the influence of the commodities market on the Brazilian economy in the years 2000, highlighting the thesis of the sociologist Maristella Svampa on the “Commodities Consensus”. The investigative process showed us that the economic growth experienced in this period was due to the increase in demand for commodities, deepening the exploitation of natural resources.

**Keywords:** *Commodities*; “Commodity Consensus”; Workers' Party (PT).

## INTRODUÇÃO

O trabalho em tela visa analisar a influência do mercado das *Commodities* na economia brasileira no período de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), destacando a tese da autora Maristela Svampa sobre o “Consenso de *Commodities*”, sua relação com o capital financeiro e a intensificação dos conflitos socioambientais.

O crescimento econômico brasileiro nos últimos anos se deu, principalmente, pela exportação das *commodities* nos ramos de *feedgrains* (soja e milho), açúcar-álcool, carnes (bovina e de aves), celulose de madeira e produtos minerais. No governo do PT, a retomada do crescimento econômico nacional ocorreu devido às mudanças na divisão internacional do trabalho

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail:<rebecagomes.gomes@gmail.com>.

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail:<rebecagomes.gomes@gmail.com>.

condicionadas pelo processo de crescimento da China, o que suscitou um novo impulso para as exportações das *commodities* (OLIVEIRA, 2015).

Contudo, as bases que possibilitaram esse crescimento econômico, calcadas na produção e exportação de bens primários, não é novidade na realidade brasileira. Ao se analisar a formação sócio-histórica do Brasil, este país possui como base estrutural de sua economia a produção de produtos primários para atender à demanda externa (PRADO JR, 1991). Com o avanço do sistema capitalista, tal especialização se aprofunda e se complexifica, intensificando a subalternidade dos países latino-americanos

Como contratendência a essa crise, o capital operou uma reestruturação capitalista visando deslocar as contradições que impediam a sua perpetuação. Desse modo, a financeirização e o ideário neoliberal foram estratégias centrais nesse processo, designando papel específico aos países periféricos (ALVES, 2016). Todavia, na América Latina, a ofensiva neoliberal entra em crise, fazendo ascender governos progressistas, como no Brasil, com o PT. Nesse novo contexto, vigoraram as políticas de desenvolvimento que acreditavam que a via legítima e possível para se alcançar o crescimento econômico dava-se através da exploração intensiva de recursos naturais para a produção de produtos primários designados para a exportação.

Portanto, neste artigo, objetiva-se apresentar e analisar as contradições vividas pelo Brasil com o *boom* das *commodities* nos governos do PT. Para este estudo nos pautamos no método de análise marxiano com vista a desvelar as determinações que permeiam essa realidade e, como procedimentos metodológicos, subsidiamo-nos nas pesquisas bibliográfica e documental.

## **O BOOM DAS COMMODITES: CRESCIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL NOS ANOS 2000**

Nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores, o Brasil teve um crescimento econômico sustentado, fomentado pelo *boom* das *Commodities* no cenário internacional. Comparado ao cenário anterior, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) marcado pela pior estagnação do século, com um crescimento médio anual de 1,6% na década de 1990, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, nos anos de 2004 a 2006, o crescimento econômico chegou ao patamar de 4,3%. Nesse mesmo período, no governo Lula, a exportação de produtos manufaturados brasileiros caiu de 55% para 44%, enquanto que a exportação de matérias-primas subiu de 28% para 41 % (ANDERSON, 2011).

Esse fato é resultado da forte valorização dos preços internacionais das *Commodities*, período conhecido como superciclo das *Commodities* (2003-2011)<sup>3</sup> (BLACK, 2015). *Commodities* é uma palavra inglesa que significa mercadoria. Para autora Maristella Svampa (2013, p. 31), o termo *commodities* se refere a “produtos indiferenciados cujos preços se fixam internacionalmente, ou como produto de fabricação, disponibilidade e demanda mundial, que tem um alcance de preço internacional e não requerem tecnologia avançada para sua fabricação e processamento”.

Desse modo, o ciclo de forte alta dos preços das *commodities* se deu pelo chamado “efeito China”, pois, entre os anos 1989 e 2012, a China emergiu como uma grande potência econômica mundial<sup>4</sup>. Com a morte de Mao Tse Tung<sup>5</sup>, em 1976, Deng Xiaoping assumiu o Partido Comunista Chinês (PCCh) e anunciou um impulso para um “socialismo com características chinesas”, o qual legitimou uma série de reformas econômicas no país que transformou seu setor industrial de tal maneira que o converteu em um exportador de produtos com alto teor tecnológico (SVAMPA, 2015). Com essas reformas, houve um aumento da

---

<sup>3</sup> Segundo Clarissa Black (2015), houve três *booms* de preços das *commodities* após a Segunda Guerra Mundial: em 1950, em 1973 e em 2003.

<sup>4</sup> A emergência da China, enquanto grande potência, não confronta com a hegemonia estadunidense, ao contrário, a ascensão da China tem sido pacífica, de cooperação e não de oposição. Uma interdependência importante diante da crise estrutural do capital, como forma de garantir os lucros para o capital (SVAMPA, 2015).

<sup>5</sup> Líder da Revolução Comunista na China.

urbanização e da industrialização chinesa que fortaleceu a sua demanda por *commodities*. Diante disso, esse país transformou-se no primeiro consumidor mundial de energia, ferro, alumínio e soja, como também no segundo consumidor na importação de petróleo, atrás apenas dos Estados Unidos (ATLAS DO AGRONEGÓCIO, 2018). Além disso, a China também tem se configurado enquanto uma grande potência no setor financeiro<sup>6</sup>, cujos investimentos se destinam à exploração dos recursos naturais em todo o sul global. A média anual do crescimento na China foi de quase 10% ao ano, a maior em toda a economia mundial (OLIVEIRA, 2015).

O Brasil foi o principal parceiro comercial da China na América Latina nos anos 2000. Essa cooperação bilateral teve início no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1999-2002), contudo foi fortalecida e expandida nos dois mandatos do governo Luís Inácio Lula da Silva. Em 2004, o presidente Lula visitou a China e, a partir de então, intensificou-se a demanda chinesa por produtos primários produzidos no Brasil. A participação da China nas exportações brasileiras foi relativamente baixa entre 2002 e 2005, passando de 4,2% para 5,8%. A partir de 2006, a relação sino-brasileira entrou em uma nova fase, mais intensa, cujo valor das exportações para a Ásia passou de US\$ 1,1 bilhões em 2000 para US\$ 16, 4 bilhões em 2008 (NETO; CRUZ, 2013). De 2005 a 2011, as exportações das *commodities* brasileiras para a China aumentaram mais de 500%<sup>7</sup>.

As principais *commodities* exportadas pelo Brasil nesse período foram: minério de ferro, soja, petróleo, açúcar e celulose. Essas *commodities* são vendidas no mercado financeiro. A busca pelo aprimoramento e intensificação da produção desses produtos resultou na expansão sobre as terras brasileiras<sup>8</sup>, principalmente no cerrado e na Amazônia.

---

<sup>6</sup> Em primeiro estão os Estados Unidos.

<sup>7</sup> As *commodities* e seu impacto na economia do Brasil. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/03/31/As-commodities-e-seu-impacto-na-economia-do-Brasil>. Acessado em 22 de set. 2018.

<sup>8</sup> O Brasil é considerado uma nova fronteira agrícola (XAVIER, 2017).

## **Realidade brasileira e a intensificação das contradições diante da crise estrutural do capital e da reestruturação capitalista**

A exploração dos recursos naturais no Brasil não é novidade, não surge com o *boom* das *commodities*, e muito menos com o Partido dos Trabalhadores. Ao analisar a formação sócio-histórica do Brasil, percebe-se que este país possui historicamente, como base de sua economia, a exploração dos recursos naturais visando atender à demanda do mercado externo. O autor Caio Prado Júnior (1991), em sua análise sobre a formação brasileira, partindo das determinações do período colonial, afirma o seguinte

Se vamos à essência da nossa formação veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro, diamante; depois algodão e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira.

Apesar do fim do estatuto colonial, essa caracterização não se modifica, os rumos adotados não alteram as relações externas que o Brasil vinha estabelecendo com as economias capitalistas centrais. Os acontecimentos posteriores que marcam a história brasileira, apesar da perspectiva de fortalecimento da indústria nacional, como nos governos de Getúlio Vargas, de Juscelino Kubistchek e nos anos da Ditadura Militar, que implantou um “modelo econômico de desenvolvimento agropecuário no setor agrícola para acelerar a modernização da agricultura baseada na grande propriedade” (LOUREIRO, 2016, p. 24), não rompeu com a dependência.

Entretanto, a dependência brasileira aprofunda-se com a crise do sistema capitalista vivida desde a década de 1970<sup>9</sup>. Essa crise inaugurou uma nova

---

<sup>9</sup> Com a crise do liberalismo, acentuada nos anos 1929-32, a resposta burguesa a esse processo foi a “revolução keynesiana” com medidas anticíclicas, defendendo uma maior intervenção do Estado na economia com vista a gerar demanda efetiva. Todavia, esse período de capitalismo “regulado” começa a se exaurir nos anos 1960, pois as estruturas encontradas no pós-1945, para

temporalidade histórica do desenvolvimento civilizatório do capital. A crise de realização do valor e de absorção do excedente passa a ser característica do capitalismo desde os anos 1970, o qual transformou os anos posteriores nos “trinta anos perversos” (1980-2010), devido a sua busca obstinada por acumulação (ALVES, 2013). Segundo István Mészáros (2011), tal crise caracteriza-se como crise estrutural do capital, uma crise do próprio capital, de seus mecanismos civilizatórios. Portanto, as contradições que surgem nesse momento histórico são os limites estruturais do próprio capital. O capitalismo, por ser um sistema “totalizador”, modifica todas as esferas da vida, nem mesmo a natureza escapou dos seus desígnios, pois, para o capital, ela é vista apenas em seu valor de troca, pois a sua racionalidade é pautada nas leis do mercado, na corrida por superlucros.

As formas de enfrentamento à crise foram conduzidas por um processo denominado “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996, p. 16). A mundialização do capital configura-se enquanto medidas de reestruturações capitalistas que atingem as mais diversas instâncias da vida social na busca por garantir o ciclo da acumulação. Esse novo cenário conduziu para a vigência, no capitalismo global, da dominância financeira e da direção política neoliberal (LOPES; PORFÍRIO, 2014).

As corporações transnacionais, no período de grande crescimento econômico, principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial, acumularam uma imensa massa de capital-dinheiro que possibilitou a lógica de financeirização da riqueza. As finanças passaram a prevalecer, elevando as contradições do capitalismo a um nível superior, sobretudo nos países dependentes. A financeirização da natureza tem sido predominante no capitalismo contemporâneo, sobretudo nos países periféricos, transformando “matérias-primas”, meios elementares de existência, como milho, soja, petróleo, em mercadoria, consumida no comércio especulativo das *commodities*.

---

garantir a expansão do capital, aparecem agora enquanto entraves para a acumulação do capital entrando, assim, em crise (BEHRING; BOSCHETTI, 2011)

Na mesma direção, foi conduzida uma reestruturação política do capital pautado no ideário neoliberal. O capital buscava um novo “salto para frente”, e as medidas neoliberais adequaram-se a esse objetivo, pautando-se na abertura econômica, na desregulamentação dos fluxos financeiros e na privatização dos serviços públicos. David Harvey (2011, p.16) refere-se ao neoliberalismo como

Um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarado por uma retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre mercado e livre comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder de classe capitalista. Esse objetivo tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal.

No neoliberalismo a instância mediadora fundamental é o mercado e todas as outras instituições sociais devem estar a ele submetidas. Destacar o mercado enquanto instância fundamental é enfatizar que tudo pode ser tratado enquanto mercadoria, o que Harvey (2008) intitulou como mercadificação que presume que tudo, absolutamente tudo, pode ter um preço e pode ser negociado nos termos de um contrato legal. Os impactos no meio-ambiente, ocasionados pelo Estado neoliberal, foram sofridos de modo geograficamente desigual, no qual alguns países ganham à custa da desregulamentação ambiental de outros.

Em uma crise de sobreacumulação, própria da era das finanças, a expansão geográfica sobre os territórios revela-se essencial. Territórios até então não utilizados ou não utilizados até o seu esgotamento entram na rota de acumulação capitalista. Esse processo, contudo, revela-se assimétrico, pois os países nos quais há concentração de riqueza e poder exercem toda forma de violência nos países periféricos para que aceitem seus desígnios, visando manter a perpetuação do mais-valor. Assim, o capital excedente de um país encontra emprego lucrativo em terras onde há grandes recursos naturais, penalizando a periferia do sistema que, historicamente, participa da Divisão Internacional do Trabalho através da exportação desses recursos (HARVEY, 2014).

Os programas de ajuste neoliberal chegaram na América Latina e o governo de cada país deveria adotar um conjunto de reformas voltadas ao mercado. Ao longo dos anos 1990, nos países latino-americanos, as reformas neoliberais foram implementadas em ritmo intenso (MATHIAS; BRITO, 2016). A agenda política do neoliberalismo na América Latina enquadrava-se no Consenso de Washington que, nas palavras de Ferreira e Oscar (2016, p. 35)

O consenso de Washington foi um conjunto de medidas baseadas no mantra estabilizar, privatizar e liberalizar, formulando em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras. Se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser “receitado” para promover o “ajustamento econômico” dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades.

No Brasil, os anos 1990 foram o período de integração da economia nacional ao mercado liberalizante globalizado, iniciado com o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) e aprofundado com o governo de FHC, que resultou no período de desindustrialização, de aumento da exportação de bens primários e desnacionalização de setores ditos como produtivos (MATHIAS; BRITO, 2016).

Entretanto, devido às contradições engendradas pelo próprio neoliberalismo, contradizendo a sua retórica horizontalista de ganhos para todos os países que aceitassem os seus ditames, o neoliberalismo entra em crise na América Latina. Tal crise se tornou orgânica, capaz de abalar a supremacia burguesa nos seus elos mais frágeis (FREITAS; SILVA, 2017).

Diante disso, uma forma diferente de enfrentamento à crise estrutural surge, baseada em uma dupla movimentação política: de um lado as classes dominantes incorporam uma agenda de intervenção social focalizada na “questão social”, como modo de manter sua hegemonia; do outro lado, a mobilização da classe trabalhadora derruba governos vinculados ao Consenso de Washington. Rodrigo Castelo (2016) nomeia essa nova fase do neoliberalismo, de social-liberalismo, no qual a classe dominante passa a aceitar uma intervenção ativa do Estado na questão social. O social-liberalismo chega na América Latina pelas mãos dos partidos progressistas. No Brasil, como meio

de remediar a crise do neoliberalismo, ascende ao poder o Partido dos Trabalhadores<sup>10</sup>.

O “efeito China” interferiu em toda a América Latina, mas é inquestionável que foi no Brasil que esse *boom* fez a maior diferença (ANDERSON, 2011). Lula soube aproveitar o crescimento econômico suscitado pelo *boom* das *commodities* para inaugurar uma nova agenda econômica-política-social, o chamado neodesenvolvimentismo. O objetivo do neodesenvolvimento, enquanto um instrumento de legitimação ideológica do capital era construir os consensos necessários para manter a hegemonia burguesa. Assim, o crescimento econômico vivido nesse período possibilitou a instalação e expansão de grandes projetos de desenvolvimento no território brasileiro, tendo o agronegócio grande destaque, sendo ele o principal responsável pela obtenção de saldos positivos na balança comercial (XAVIER, 2017). O governo optou pelo crescimento econômico baseado na especialização e exportação das *commodities* em detrimento da industrialização, resultando em impactos sobre o meio-ambiente e sobre as comunidades tradicionais.

### **O “Consenso de *commodities*”: exploração dos recursos naturais e intensificação dos conflitos socioambientais.**

Os anos 2000 foram determinantes não só para a realidade brasileira, mas para toda a América Latina. As mudanças advindas com esse novo momento histórico são estudadas pela socióloga argentina Maristella Svampa, sobretudo a intensificação da exploração dos recursos naturais e o aumento dos conflitos socioambientais. Para a autora, a emergência e consolidação dos governos progressistas na América Latina promoveram a instalação de um modelo neocolonial baseado no “novo consenso internacional”, que reforça o papel

---

<sup>10</sup> No mesmo período chega ao poder Hugo Chaves na Venezuela, Rafael Correa no Equador, Cristina Kirchner na Argentina, Evo Morales na Bolívia.

imposto aos países latino-americanos de exportadores da natureza (SVAMPA, 2013).

Ao analisar essa dimensão em âmbito continental, a autora apresenta que tal movimento não é um destino ou uma finalidade dos países periféricos, mas sim uma opção política, uma condição econômica. Esse novo momento, marcado pela expansão econômica focada no aprofundamento da exploração da natureza, beneficiado pelo *boom* dos preços internacionais das *commodities*, é denominado por Svampa (2013, p. 31) como “Consenso de *Commodities*” que, segundo ela,

ênfatisa a entrada em uma nova ordem, ao mesmo tempo econômica e político-ideológica, sustentada pelo *boom* dos preços internacionais das matérias-primas e dos bens de consumo cada vez mais demandados pelos países centrais e pelas potências emergentes, o qual gera indubitáveis vantagens comparativas visíveis no crescimento econômico e no aumento das reservas monetárias, enquanto produz novas assimetrias e aprofunda as desigualdades nas sociedades latino-americanas. (Tradução nossa).

O “Consenso de *Commodities*” é um processo complexo e deve ser analisado considerando todas as dimensões que o compõem: econômica, social, política, ideológica, cultural e ambiental. O termo “Consenso” deve ser pensado como uma série de ambivalências, contradições, que determinam a coexistência e a ligação entre o ideário neoliberal e a intensificação da dinâmica de exportação da natureza nos anos 2000. Não há uma ruptura com os ditames do Estado neoliberal, contudo há um aspecto que efetivamente mudou: o lugar relativo desempenhado pelo Estado, sendo ele agora um grande agente na renda extrativa (SANTOS, 2017).

O “Consenso de *Commodities*” significa ainda um consenso social que permite a exploração da natureza e a expansão da fronteira extrativista. Portanto, possui uma dimensão político-ideológica que alude à ideia de que é irreversível e irresistível atender à dinâmica crescente por bens primários, contribuindo para reforçar a visão da América Latina como um lugar que, por excelência, é próprio para atender a essa demanda devido à abundância de recursos naturais existentes (SVAMPA, 2013).

Dessa maneira, a demanda por *commodities* tem originado um processo de reprimarização da economia latino-americana, nas palavras da autora (2015, p. 49); o “Consenso de *Commodities*” combina “rentabilidade extraordinária, reprimarização da economia e conflitos ambientais”. A autora dialoga com o autor uruguaio Eduardo Gudynas (2011), que possui um estudo sobre a dinâmica da exploração da natureza na América Latina, denominado por ele de extrativismo. O extrativismo é um modelo de crescimento econômico baseado na apropriação em grande escala de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção subordinada dos países latino-americanos à economia internacional. Com a ascensão de governos progressistas, há uma permanência e um aprofundamento desse modo de exploração da natureza agora justificada como meio para se combater a pobreza, processo denominado por Gudynas (2011) de neoextrativismo. De acordo com Svampa (2013, p. 23), o neoextrativismo pode ser definido como

aquele padrão de acumulação baseado na superexploração de recursos naturais, em grande parte não renováveis, bem como a expansão das fronteiras para territórios anteriormente considerados como improdutivos. O neoextrativismo instala uma dinâmica vertical que avança nos territórios e, por sua vez, vai desestruturando economias regionais, destruindo a biodiversidade e aprofundando de maneira perigosa o processo de grilagem, expulsão ou deslocamento de comunidades rurais, camponesas ou indígenas, além de violar o processo de decisão do cidadão.

Desse modo, o destaque dado pelos governos progressistas latino-americanos às vantagens do *boom* das *commodities* resultou na negação das novas desigualdades e assimetrias ambientais, econômicas e sociais. Essa dinâmica, pautada na lógica desenfreada por acumulação, conduz para a explosão dos conflitos socioambientais que expõe as diferentes concepções sobre a natureza, sobre seu uso, no qual o capital integra a natureza enquanto mercadoria, e as comunidades tradicionais utilizam a natureza como fonte de subsistência.

Essa forma perversa de ser do capital evidencia a atualidade do pensamento de Karl Marx (2013) sobre a sua análise acerca do processo da

acumulação primitiva. Para esse teórico, sob a ordem do capital, é necessário que haja uma relação social específica que lhe dê a garantia de sua existência. Essa relação social tem origem na separação do produtor do direito dos seus meios de existência e a captura desses meios de existência, do espaço e dos recursos naturais pelos capitalistas. Essa separação é entendida por Marx como expropriação. Contudo, as expropriações não se limitam à gênese da acumulação capitalista, elas permanecem na cena contemporânea e, em tempos de crise estrutural do capital, realizam-se de forma cada vez mais devastadora, intensificando a exploração da natureza.

## CONCLUSÃO

Nos anos 2000, as economias latino-americanas aprofundaram o padrão de especialização produtiva exportadora voltada para os bens primários. Por trás do crescimento econômico brasileiro, houve uma intensificação da dependência. Com a crise estrutural do capital, a dependência se intensifica, a terra, os alimentos, são comercializados no mercado futuro. A financeirização tida como solução para os problemas de acumulação do capital, mostra-se como um grande problema para a humanidade, pois o capital financeiro intensifica as expropriações no capitalismo contemporâneo (FONTES, 2010).

O governo do Partido dos Trabalhadores soube aproveitar o *boom* do preço das *commodities*. Entretanto, esse crescimento se deu pela intensificação do extrativismo, da expansão de terras para o agronegócio e para a mineração. A tese de Maristella Svampa aponta esse processo, no qual, a partir do “Consenso de *Commodities*”, aprofundou-se a exploração e a exportação da natureza dos países latino-americanos, com forte atuação do Estado, intensificando os conflitos socioambientais (SVAMPA, 2015).

Todavia, o capital, ao mesmo tempo em que busca meios de garantir sua acumulação perpétua, produz a sua própria negação. Diante do avanço do agronegócio no Cerrado e, conseqüentemente, os impactos negativos sobre

essa região, 43 organizações<sup>11</sup>, deram início, em 2016, a uma campanha em defesa do Cerrado, cujo tema é “Cerrado, berço das águas: sem Cerrado, sem água, sem vida”. Essa campanha busca valorizar e proteger a biodiversidade e as comunidades tradicionais que vivem desse bioma. Dentre seus objetivos visa: “Pautar e conscientizar a sociedade sobre a importância do cerrado e os impactos dos grandes projetos do agronegócio, da mineração e de infraestrutura”; “Dar visibilidade à realidade dos Povos do Cerrado, como representantes da sociobiodiversidade, conhecedores e guardiões do patrimônio ecológico e cultural da região”<sup>12</sup>.

Comunidades tradicionais, enquanto segmentos da classe trabalhadora, vêm construindo lutas importantes em defesa do meio-ambiente. Portanto, é cada vez mais necessário fortalecer tais mobilizações, pois elas ultrapassam a dimensão ecológica e cultural, configuram-se enquanto luta anticapitalista, na direção de outra ordem societária.

---

<sup>11</sup> Dentre elas: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Via Campesina, Conselho Indigenista Misionário (CIMI).

<sup>12</sup> Campanha em Defesa do Cerrado. Disponível em: <http://semcerrado.org.br/campanha/>. Acessado em: 09 set. 2018.

## REFERÊNCIA

ALVES, G. A esfinge do neodesenvolvimentismo e a miséria do trabalho no Brasil (2003-2013). In: MACÁRIO, E; VALE; E. S; RODRIGUES JR; N. (Orgs). Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

\_\_\_\_\_. Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil – parte II, 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/08/19/neodesenvolvimentismo-e-precariozacao-do-trabalho-no-brasil-parte-ii/>. Acessado em: 10 de ago. 2018.

ANDERSON, P. O Brasil de Lula. Revista Novos Estudos, n.91, nov, 2011.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BLACK, C. Preços de *commodities*, termos de troca e crescimento econômico brasileiro nos anos 2000. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 24, n. 3, 2015.

CASTELO, R.

O canto da sereia: social-liberalismo, neodesenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo. In: MACÁRIO, E; VALE; E. S; RODRIGUES JR; N. (Orgs). Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

FERREIRA, C. M; OSCAR, T. C. L. Neodesenvolvimentismo, superexploração e precarização do trabalho: uma análise das experiências no Complexo Industrial e Portuário de Suape e Arranjo Produtivo Local de Confecções de Pernambuco. Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

FONTES, V. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Ed. Da UFRJ, 2010.

FREITAS, N. C.; SILVA, R. G. O.; “Onde o dinheiro não é a comunidade, ele dissolve a comunidade”: uma reflexão sobre a relação entre os grandes empreendimentos e as comunidades locais no Complexo de Suape (CIPS) e no ProSavana. Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

GUDYNAS, E. Desarrollo, derechos de la naturaleza, y buen vivir despues de Montecristi. In: Debates sobre cooperación y modelos de desarrollo. Perspectivas desde la sociedad civil en el Ecuador. Gabriela Weber, editora. Centro de Investigaciones CIUDAD y Observatorio de la Cooperación al Desarrollo, Quito. Marzo 2011.

HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. O Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LOPES, M; PORFÍRIO, C. A degradação ambiental em tempos de crise do capital: uma crítica à luz de Mézáros. Rev. Eletrônica Arma da Crítica. Nº 5, 2014.

LOUREIRO, I. Agronegócio, resistência e pragmatismo: as transformações do MST. In: SINGER, A; LOUREIRO, I. (Orgs). As contradições do lulismo: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

MARX, K. [1818-1883]. O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATHIAS, M. M; BRITO, C. M. T. M.B. Dependência, imperialismo e capital-imperialismo: a dinâmica da posição brasileira na América Latina. Revista Rebel, v.6, n.2, mai/ago, 2016.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. 1.ed.. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETO, T. E; CRUZ, K.K.C. Os resultados da parceria estratégica Brasil-China para o fortalecimento comercial da cadeia produtiva da soja no Mato Grosso do Sul 2003-2013. Revista de Estudos Internacionais (REI), vol. 4, 2013.

OLIVEIRA, T. D. Determinantes da retomada do crescimento no Governo Lula: interpretações do modelo de crescimento com equidade. Revista Debate Econômico, v.3, n.2, jul-dez, 2015.

PRADO JR, C. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo Brasiliense, 1991.

ATLAS DO AGRONEGÓCIO: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich, 2018.

SANTOS, M. G. O bem viver entre o sumak kawsay e o socialismo no século XXI equatoriano. Revista Margem Esquada, n. 29, setembro de 2017.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. *Revista Nueva Sociedad*, n. 244, marzo-abril, 2013.

\_\_\_\_\_. China en América Latina: Del Consenso de los Commodities al Consenso de Beijing.. *Revista Ensamblés Primavera*, n. 3, 2015.

\_\_\_\_\_. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, G; LANG, M; FILHO, J. P. *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

XAVIER, G. L. Agronegócio e capitalismo dependente na América Latina: o caso brasileiro. *Revista Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 2, maio/ago, 2017.